

## Movimento feminista e resistência à cultura do estupro: Práticas de ativismo nas mídias sociais<sup>1</sup>

Bruna CAMARGO<sup>2</sup>

Karina Janz WOITOWICZ<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR

### Resumo:

A partir de um caso recente de grande repercussão no país – o estupro de uma adolescente no Rio de Janeiro por 33 homens em maio de 2016 –, o presente artigo analisa as práticas de resistência feminista na internet, tendo como objeto de estudo dez páginas do facebook de grupos e coletivos de mulheres no Paraná. Ao tomar como base as reflexões teóricas em torno do uso das mídias digitais pelos movimentos sociais, o trabalho identifica categorias de conteúdo e formatos predominantes nas páginas feministas, contribuindo para a reflexão sobre as possibilidades informativas, educativas, de denúncia e mobilização que se configuram no ativismo virtual.

**Palavras-chave:** mídia digital; movimento feminista; cultura do estupro; cidadania; ativismo em rede.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a representatividade e articulação do movimento feminista através da internet. As práticas do movimento em redes sociais, em especial no *Facebook*, possuem basicamente a característica de promover debates e reflexões, organizar mobilizações tanto *online* (com campanhas de vídeos, encaminhamento de denúncias, publicação de manifestos, entre outras ações) quanto *off-line* (em atos públicos, passeatas e intervenções urbanas, como o grafite).

Para refletir sobre a relevância do feminismo como um movimento em rede na atualidade, realizou-se uma coleta de postagens de 10 páginas feministas do Paraná<sup>4</sup> sobre o crime de estupro coletivo que ocorreu em maio do corrente ano no Rio de Janeiro. Embora o episódio tenha ocorrido em um local específico, distante geograficamente do Paraná, a escolha das páginas permite ilustrar o nível de articulação e abrangência do movimento e

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante da terceira série do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pesquisadora bolsista CNPq do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: [brunacamargo.jorn@gmail.com](mailto:brunacamargo.jorn@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: [karinajw@gmail.com](mailto:karinajw@gmail.com)

<sup>4</sup> Para este trabalho, foram consideradas as mesmas páginas que compreenderam pesquisa anterior realizada por meio de projeto de iniciação científica intitulado “Mídia alternativa e movimento de mulheres no Paraná: Limites e potencialidades do ativismo na web”, no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Os resultados da pesquisa envolveram 14 páginas de grupos feministas no Estado; deste total, dez registraram atuação na web diante do caso de estupro coletivo que compreende o foco de interesse deste artigo e, portanto, integram o corpus da análise proposta.

revela uma das características do feminismo na atualidade: a repercussão dos fatos, sem ligação apenas com acontecimentos locais e regionais. Ou seja, como um movimento em rede, o feminismo se estrutura por meio da interação e troca de informações em torno de interesses comuns.

Durante a coleta de postagens que se referiam ao estupro coletivo, no período de 25 de maio a 12 de junho, percebeu-se a importância da abordagem do assunto pelos grupos feministas através da internet. Após o estupro, os envolvidos divulgaram os vídeos nas redes sociais. Com a repercussão, mulheres enviaram centenas de denúncias sobre o crime, orientaram para que as imagens deixassem de circular e a intimidade da vítima não fosse ainda mais violada.

A mobilização nas redes também foi responsável por pautar a mídia hegemônica, que não noticiou o fato logo de início. Com a organização dos grupos feministas, através da rede social, ficou nítida a capacidade de reação, através da oposição e revolta ao caso de estupro. Páginas impulsionaram campanhas e atos públicos em várias regiões do país, como o “Por todas elas” e “Juntas somos mais fortes”, fotos de perfil do facebook foram modificadas com a frase “Eu luto pelo fim da cultura do estupro”, meios para efetuar denúncia contra violência sexual foram ainda mais divulgados. Ou seja, independentemente da região do país, páginas feministas se mobilizaram e elaboraram ações contra o crime de estupro coletivo que virou notícia no Brasil e no exterior, em uma cobertura midiática marcada por estigmas em torno da vítima e pelo caráter apelativo que o crime é capaz de evocar.

Ao tomar como objeto de estudo o conteúdo de dez páginas feministas existentes no Paraná que tematizaram a cultura do estupro<sup>5</sup> no período considerado, o presente artigo propõe uma reflexão sobre as práticas de ativismo na web e as articulações em rede que os grupos estabelecem. Para tanto, são recuperadas informações sobre o caso de estupro em questão, de modo a contextualizar a temática do trabalho, e expostas as bases teóricas que fundamentam as análises sobre as redes no movimento feminista. A partir deste percurso, são apresentados os dados resultantes da coleta junto às páginas na internet, que foram categorizados a partir de temas e formatos de conteúdo para melhor compreender o modo como os grupos e coletivos feministas debateram o tema e produziram angulações sobre o crime.

---

<sup>5</sup> O termo “cultura do estupro” foi desenvolvido nos anos 1970 nos Estados Unidos para mostrar a tendência a culpar as vítimas pelo abuso sexual que sofriam, contribuindo para naturalizar a violência de gênero.

Com esta leitura de um caso recente de grande repercussão no país, espera-se que o artigo possa contribuir para a reflexão em torno do papel das redes sociais no movimento feminista, observando as possibilidades informativas, educativas, de denúncia e mobilização que se configuram no ativismo virtual.

### **O estupro coletivo no Rio de Janeiro e a resistência à violência machista**

Mulheres se mobilizaram para denunciar o caso de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos cometido por 33 homens, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no dia 21 de maio, aos órgãos responsáveis. O crime teve repercussão primeiramente na internet, devido às denúncias e debates gerados por páginas feministas em todo país. Os grupos se dedicaram não só a denunciar o crime, mas também esclarecer, informar, organizar atos públicos, produzir reflexões sobre a cultura do estupro e a abordagem feita pela mídia hegemônica, além de orientar para que a vítima não fosse ainda mais exposta com a divulgação de imagens do crime.

Ainda que o estupro coletivo tenha ocorrido no Rio de Janeiro, a opção pela análise de publicações de páginas oriundas do Paraná se deve ao fato de o movimento feminista se organizar através da internet como um movimento em rede. Dessa forma, como aponta Castells (2013, p. 11), a constituição de redes ocorre através da interação, uma vez que “comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações”.

Massimo Di Felice (2013, p.62) discorre que o conceito pensado por Castells vê a sociedade em rede como um sistema de ordem social que envolve atores e instituições que passam a se comunicar e difundir funções, desejos, esperanças e objetivos humanos. “Na sua visão, a sociedade em rede caracteriza-se como uma sociedade englobante na qual atores, suas ações, o poder e as instituições encontram nas redes sua disseminação e redefinição social” (DI FELICE, 2013, p. 63).

Segundo Débora de Carvalho Figueiredo (2014, p. 142), os estudos sobre o crime de estupro tiveram maior evidência a partir da década de 1970, com enfoque principalmente nas necessidades das vítimas, limitações e inadequações do tratamento oficial dado às vítimas e necessidade de modificação e criação de leis sobre o estupro e outros crimes sexuais.

A mesma autora comenta o estudo de Adler (1987) sobre o julgamento britânico de crimes de estupro em 1980. A pesquisa aponta que na sociedade ocidental há uma dicotomia na forma como o crime é abordado. Ao mesmo tempo em que a sociedade

reconhece a seriedade do crime e se admira que as vítimas não sejam tratadas da melhor forma pela lei, há também a existência da tolerância da violência pela sociedade em geral, incluindo o sistema jurídico criminal e a permanência de estereótipos e mitos sexuais em circulação.

Esses fatos corroboram a falta de denúncias sobre violência sexual, uma vez que se persiste em manter a equivocada ideia de que a culpa pelo crime está na vítima e em suas ações.

Pesquisas realizadas em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e o Brasil indicam que o estupro é um dos crimes com baixo índice de denúncias e de condenações (Adler, 1987; Temkin, 1987; Matoesian, 1993; Sampson, 1994; Edwards, 1996; Lees, 1997; Figueiredo, 2000). Como outros crimes sexuais (e.g. incesto e assédio sexual), o estupro ainda é cercado por uma aura de sigilo, provavelmente por envolver, do ponto de vista da vítima, sentimentos como vergonha, culpa, medo e dor (medo do tratamento policial e jurídico, da exposição pública, da sanção social e da perda de status) (FIGUEIREDO, 2014, p. 142-143)

A autora destaca que os discursos influenciam na representação e construção dos crimes sexuais, visto que as mulheres são ensinadas a permanecer em silêncio e lidar sozinhas com a dor e a vergonha. Além disso, Figueiredo (2014, p. 143) aponta para a presença de sexismo no ambiente policial e judiciário no tratamento das vítimas, além da existência de discriminação e estereótipos sobre homens, mulheres e as relações de gênero.

Ao abordar sobre o tema, a autora destaca outro ponto crucial sobre a forma como estupro é visto pelas vítimas. Em geral, um dos fatores que levam as mulheres a se calar sobre o crime é a incorporação do discurso de que elas tiveram uma parcela de responsabilidade em relação ao que ocorreu, o que faz o crime ser entendido como algo sem relevância.

A normalização e banalização de fenômenos sociais violentos como o estupro levam inúmeras mulheres a encarar a violência sofrida como algo sem importância ou ocorrido por sua própria culpa, e a acreditar que não devem fazer “tempestade em copo d’água”. (FIGUEIREDO, 2014, p. 144)

A construção da personalidade da vítima também é bastante comum, como forma de qualificar e justificar o crime. De acordo com a autora, assim como aconteceu com a jovem estuprada por 33 homens no Rio de Janeiro, há uma caracterização restritiva da mulher, que acontece de maneira comum.

A sociedade não consegue perceber que a personalidade de uma mulher pode combinar diferentes características. Ao invés de ser vista como dona de uma identidade complexa, capaz de incorporar tanto o amor maternal quanto a paixão, a mulher é retratada de forma unidimensional. Ou ela é boa ou má, ou maternal

ou sexual, ou Madona ou prostituta, inocente e pura ou sedutora e manipuladora. Essa imagem partida está presente em todas as formas da cultura popular. (LIEBES-PLESNER, 1984, p. 186 apud FIGUEIREDO, 2014, p. 150).

Figueiredo (2014) observa que, nos estudos de gênero, o estupro é entendido como um crime com raízes na agressão, mas também no desejo de mostrar dominação aos mais vulneráveis. Ela ressalta que essa definição não ignora o fato de o estupro ser um crime sexual. “Não estou afirmando que não haja um elemento sexual neste crime. O que quero dizer é que a conotação sexual dos crimes sexuais é distinta da noção de sexo compartilhada pela maioria de nós” (2014, p.148). Dessa forma, a violência sexual é usada pelo agressor “para infligir à vítima uma camada extra de ofensa, dor e humilhação” (2014, p.148).

### **Culpabilização da vítima e o papel da mídia**

De acordo com Cardoso e Vieira (2014), a expressão culpabilização da vítima apareceu pela primeira vez no livro *Blaming the Victim*, por William Ryan em 1971. Com o passar dos anos, o tema foi incorporado pelos estudos de gênero e começou a ser usado para designar à mulher a responsabilidade das agressões sofridas por ela.

As autoras destacam o fator de culpabilização da vítima como um agravante nos casos de violência sexual, pois além do abuso que a mulher foi obrigada a passar, há uma desmoralização da mesma pela sociedade, o que acaba por renovar a crença de que a mulher é submissa nas relações sociais e também propriedade do homem (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p.72).

O papel da mídia, uma vez que os meios de comunicação possuem responsabilidade na construção da opinião do pública, é algo enfatizado por Cardoso e Vieira (2014), que consideram que a forma como os fatos são narrados reafirma o posicionamento de determinado veículo. O fato da jovem que sofreu o estupro coletivo frequentar bailes funk foi comumente repercutido pela mídia, assim como em casos anteriores. As autoras mencionam que esta não se trata de uma informação de fato: “trata-se de um tipo de dissimulação por deslocamento” (CARDOSO; VIERA 2014, p. 76).

Nesse caso a adolescente passa a receber a atenção negativa da notícia: é socialmente repreensível a uma mulher frequentar bailes funk – uma prática marginalizada pela estrutura social por não representar a identidade para parcela dominante da população. Desse modo, esse fato determina a conduta negativamente moral da vítima. (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p.76).

Desse modo, há a construção de um consenso em torno da ideia de que o que provocou a violência sexual foi alguma atitude da vítima e não as ações do agressor, o que

contribui para legitimar os crimes ocorridos. Ou seja, a culpabilização da vítima é usada como forma de generalizada de justificar o abuso, colaborando para a concepção de que o estupro é resultado da imprudência da mulher. Ao noticiar estes casos, a mídia atua no sentido de reproduzir ou romper com o pensamento hegemônico que marca a cultura do estupro.

### **Movimentos sociais e uso da internet como estratégia de mobilização**

Os movimentos sociais em geral passaram, no decorrer dos anos, a fazer uso das novas tecnologias existentes como uma ferramenta de luta e resistência para suas reivindicações. Dessa maneira, os movimentos vêm utilizando a internet para articulação e divulgação de suas atividades através de mobilizações nas redes sociais, que consequentemente resultam em expressões em espaços públicos.

Bart Cammaerts (2013, p.27), ao comentar sobre os meios de resistência que os grupos sociais se utilizam, acredita que a internet é uma infraestrutura de informação e comunicação que trouxe impulso e facilitou o processo de articulação dos movimentos sociais.

Além de terem a internet como uma forma de organização e protesto, os grupos sociais a utilizam para dar evidência a suas ações. Essa prática acaba funcionando com um círculo: o grupo faz uso da rede para se estruturar, volta para ela para mostrar suas atividades e assim angariar mais simpatizantes e ativistas que se identifiquem com sua bandeira de luta.

Tudo é filmado, gravado, fotografado e imediatamente colocado em rede para o mundo. Não somente eles se deslocam conectados, mas a manifestação acontece, de fato, somente se filmada, fotografada e postada na rede, tornando-se novamente digital, isto é, informação compartilhada e distribuída. (DI FELICE, 2013, p.65)

Sobre os movimentos sociais organizados em rede, Castells (2013, p.158) explana que “indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente”. A partir disso, ele também destaca a importância da internet para os movimentos sociais, algo que para o autor vai além de um instrumento de organização. A internet é entendida também como meio de dar condições para que os movimentos sobrevivam sem um líder e que possam ainda crescer e deliberar atividades.

Castells (2013) explica que hoje a ação de maior importância da internet se dá através dos sites e redes sociais. Esses espaços não funcionam só como ferramenta de

marketing, ou para fazer amigos, local de entretenimento, educação e publicação de notícias. Diz respeito também a um campo de ativismo sociopolítico.

### **Movimento feminista e práticas de ativismo midiático**

Atualmente, após várias transformações, o movimento feminista continua sua característica histórica de fazer uso da comunicação como uma de suas formas de luta. Primeiramente, desde o século XX, as mulheres usaram panfletos com reivindicações trabalhistas e jornais impressos. Com as mudanças na forma de militância, desde a imprensa feminista alternativa na década de 1970, até a participação na elaboração da Constituinte de 1988, o processo de institucionalização do movimento nos anos 1990 e a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, por meio de um reconhecimento das lutas das mulheres pelo Estado, os grupos passaram a introduzir novas práticas de ativismo.

Jacira Melo (2003) destaca que a década de 1990 possui como marca a intensa produção editorial feminista e a crescente produção de publicações do meio eletrônico. O movimento começou então a desenvolver seu próprio espaço de mídia, com a elaboração de vídeos, panfletos e revistas. Posteriormente surgiram outros veículos como programas de rádios, produções de vídeos, blogs, sites e redes sociais.

As mudanças continuaram quando a internet se consolidou como um meio de mídia alternativa para os movimentos sociais. Com os sites, blogs e redes sociais, o movimento feminista passou a se constituir como um movimento em rede. Hoje a internet é um espaço que, além de propagar ideias e divulgar ações dos grupos, promove uma articulação dos movimentos em prol das suas bandeiras de luta.

Reconhecendo a importância das publicações feministas, Jacira Melo (2003) observa que estas necessitam ser caracterizadas como uma forma de ação política direta, afinal não são apenas utilizadas como meios de informações e de divulgação, mas também oferecem sua contribuição para que os discursos políticos sobre a condição da mulher evoluam. As publicações com essa temática colaboram na difusão de conceitos, ideias, propostas e questões sobre a igualdade de gênero.

Ao reconhecer o papel da mídia ativista nas práticas de mobilização do movimento feminista na atualidade, o presente artigo propõe uma análise de um caso que envolveu ampla participação dos grupos organizados, de modo a ilustrar os modos e estratégias de produção de conteúdos de resistência à cultura do estupro nas redes sociais. Desse modo, as

reflexões sobre as mídias digitais nos processos de organização e visibilidade dos movimentos podem ser caracterizadas a partir da análise das páginas que repercutiram a violência machista no facebook.

### **A cultura do estupro nas páginas feministas: resultados de análise**

Para a elaboração do artigo foram selecionadas e analisadas as postagens em páginas feministas do Facebook que abordaram o estupro coletivo sofrido por uma jovem de 16 anos. O crime, que ocorreu na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre os dias 21 de maio (sábado) e 22 de maio (domingo), por 33 homens, que estavam armados, ganhou maior repercussão porque as cenas da violência sexual foram divulgadas nas redes sociais pelos estupradores.

Do dia 25 de maio (quarta-feira), quanto o crime passou a ser repercutido, até 12 de junho (domingo), foram coletadas postagens de 10 páginas do facebook de grupos feministas do Paraná. As páginas são: Marcha das Vadias - Curitiba, Coletivo Anália, Coletivo Feminista Resistência Amapô, Grupo Feminista Mais que Amélias, Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta, Coletivo 3 Marias, Coletivo Feminista Cláudia da Silva, Coletivo Marias da Boca maldita, Marcha Mundial de Mulheres do Paraná e Grafites Feministas. A Tabela 1 traz um levantamento do número de postagens e de curtidas registrados nas páginas do facebook no período considerado que oferece o resultado geral da coleta de dados.

**Tabela 1: Levantamento das páginas feministas do Paraná (25/05/2016 a 12/06/2016)**

<b>Páginas de grupos e coletivos</b>	<b>Total de curtidas (25/05)</b>	<b>Número de postagens</b>
Marcha das Vadias Curitiba	10.859	24
Coletivo Anália	2.142	13
Resistência Amapô	712	2
Mais que Amélias	1.250	11
Nísia Floresta	3.323	5
3 Marias	657	3
Cláudia da Silva	923	38
Marias da Boca maldita	812	4
Marcha Mundial de Mulheres do Paraná	873	2
Grafites Feministas	99.773	63

Fonte: As autoras (2016)



As 165 postagens coletadas ao longo dos 19 dias foram classificadas pela tônica do discurso e pelo formato. A página que teve mais publicações no período foi Grafites Feministas, com 63 posts, seguida do Coletivo Feminista Cláudia da Silva, com 38 postagens e Marcha das Vadias - Curitiba, com 24 publicações sobre o crime de estupro coletivo.

As categorias utilizadas para identificar o sentido do discurso das publicações foram: mobilizações, esclarecimento, informação, debate, relato e outros, conforme critérios metodológicos de análise apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2: Categorias de conteúdo e definição dos critérios de coleta de dados**

<b>Categoria</b>	<b>Definição</b>
<b>Mobilizações</b>	Conteúdos sobre atividades organizadas nas redes, como atos públicos, passeatas, campanhas, intervenções urbanas, etc, com o propósito de instigar ações sociais. Tratam-se de iniciativas de divulgação, repercussão ou organização de atividades, nos espaços on-line e off-line.
<b>Informação</b>	Conteúdos de caráter informativo, publicações com informes sobre o caso repercutidos nos meios de comunicação, dados e estatísticas sobre violência.
<b>Esclarecimento</b>	Conteúdo didático, elucidativo, com intuito de diminuir preconceitos e estereótipos. Caráter educativo e gerador de consciência.
<b>Debate</b>	Conteúdos com explanação de posicionamentos, opiniões, ideias, sugestões. Publicações que sugerem reflexões e debates sobre as relações e desigualdades de gênero.
<b>Relato</b>	Publicação de histórias e relatos (em primeira ou terceira pessoa) sobre violência sexual.
<b>Outros</b>	Demais conteúdos sobre o tema que não se enquadram nas categorias definidas

Fonte: As autoras, 2016

Entre as postagens que mais apareceram estão as mobilizações, englobando organização e chamamento para atos públicos, não só no Paraná, como divulgação do e-mail do primeiro delegado que acompanhava o caso, para que informações sobre os culpados fossem enviadas, repercussão do crime nas redes sociais, grafites em muros sobre o assunto e lançamento da campanha #ForaThiers, em oposição à forma como o delegado conduzia o caso.

Nessa categoria surgiu também uma publicação ensinando como denunciar casos de violência sexual. A mobilização através da internet também ficou visível quando o Coletivo

Feminista Resistência Amapô compartilhou um texto sobre a cultura do estupro de outro coletivo também de Ponta Grossa-PR, a Frente Feminista Malalas. Além dos dois coletivos exemplificarem articulação de movimentos em rede, mobilizaram-se para levantar questionamentos e reflexões através das redes sociais. Exemplo parecido ocorreu com a página Marcha Mundial das Mulheres no Paraná, que através de seu blog próprio, além de repercutir o assunto, conclamou mais pessoas na defesa dos direitos das mulheres, com o título "fazer de cada lágrima motivo de luta".

A sugestão da colagem de lambes pelas cidades com informações sobre o estupro também surgiu nas páginas durante a coleta, o objetivo não era apenas o de mobilizar as pessoas na luta pelo fim do abuso sexual, mas também conscientizar para que os crimes não se repitam e que a ideia de que a vítima tem culpa não seja mais perpetuada. A frase que surgiu em uma das imagens sobre mobilizações demonstra essa característica: “se eu quisesse igualdade eu estupraria um homem a cada 11 minutos. Eu quero o fim da violência contra as mulheres”.

Um vídeo mostrando a união dos grupos feministas e modo como eles se articularam nas redes foi produzido e compartilhado. O vídeo mostra o papel das redes na divulgação de informações, seu caráter de esclarecimento com postagens didáticas e a grande visibilidade das ações na rede, que resultou em centenas de denúncias sobre o estupro coletivo. Segundo reportagem do *Fantástico* (Rede Globo) no dia 29 de maio, justamente sobre a reação nas redes sociais sobre o crime, antes de a vítima denunciar o estupro, a Ouvidoria do Ministério Público do Rio de Janeiro recebeu mais de 800 denúncias.

Uma publicação também apareceu durante a análise dos conteúdos em resposta à concepção de que ser feminista nas redes sociais não tem validade. Na publicação aborda-se que muitas pessoas, em especial crianças e adolescentes, passaram a aprender e debater sobre o tema através das redes sociais, além de evidenciar o espaço como local de construção de novas ideias e divulgação de notícias que não são apenas as reproduzidas pela mídia tradicional. Ao todo foram 37 postagens sobre mobilizações.

A categoria mais presente nas páginas do Facebook analisadas foi esclarecimento, com 58 publicações. Nesse sentido foram mais comuns postagens didáticas, explicando basicamente sobre a cultura do estupro e como ela está incorporada na sociedade. As postagens trazem exemplos da cultura do estupro, ensinando o que realmente significa e como o crime que ocorreu com a jovem do Rio de Janeiro está diretamente ligado com essa

prática. Casos de estupro foram lembrados para desconstruir a cultura do estupro, por exemplo: "Se ela tivesse um namorado fixo isso não aconteceria – ‘Meu namorado me estuprou por um ano enquanto eu dormia’.”

Os posts classificados como esclarecimento trouxeram desde a importância do feminismo até postagens da primeira advogada que defendeu a jovem, explicando a postura do então delegado Alessandro Thiers, que evidenciava ter dúvidas se o crime de fato ocorreu; na mesma postagem estava a explicação do afastamento de Thiers do caso.

Nessas publicações também apareceram recomendações para que as imagens não fossem mais divulgadas para que a vítima não tivesse sua vida ainda mais invadida, além disso, surgiu a explicação de que o estupro não pode ser relacionado com doença. Outras postagens abordando a naturalização do estupro na sociedade e discorrendo didaticamente sobre consentimento (como explicar para seu filho sobre consentimento e que mulheres dopadas, dormindo ou bêbadas, devem ter sua liberdade respeitada) estão nessa classificação.

Postagens com teor de debate também ocorreram. As publicações traziam opiniões, posicionamentos e recomendações, como incentivando homens a debaterem sobre o assunto e se posicionarem não apenas nas redes sociais, mas em suas atitudes do cotidiano. A recomendação de debate sobre o tema também é dada para as mulheres.

Nessa categoria também sugeriram posicionamentos indicando que muitas vezes a justiça não acolhe a mulher da maneira devida, debatendo a importância das mulheres se sensibilizarem com o que ocorreu e denunciando a cultura de que o castigo para o estuprador na prisão é "virar mulherzinha". Aparecem ainda postagens que tratam da culpabilização da vítima.

No tópico de informações surgiram basicamente notícias sobre o crime e dados sobre a violência. Apareceram também reportagens sobre estupro, como a noticiada na RPC TV indicando que o Paraná é o terceiro estado com mais casos de estupro no país. A mídia passou a produzir pautas sobre o tema, como o link de matéria do Estadão: "A cada 4 minutos uma mulher dá entrada no SUS vítima de violência sexual e física", compartilhada pela página Grafites Feministas.

O Coletivo de Jornalistas Feministas Nísia Floresta produziu uma publicação com indicações do que perguntar ao cobrir temas de violência sexual em uma reportagem. O dossiê “Violência contra as mulheres” do Instituto Patrícia Galvão também ganhou destaque pelos grupos feministas no *Facebook*.

Outro ponto de grande relevância da categoria de informação é a educação como forma de combater o machismo e a violência de gênero. Através de dados, como compartilhado por duas páginas; "527 mil pessoas são estupradas no BR, 79% são mulheres, 80% são crianças e adolescentes", destaca a relevância de tratar do tema nas escolas.

A notícia da saída de Alessandro Thiers e a entrada da delegada Cristiana Bento no caso da adolescente, com a frase "nós por nós", ressalta a união entre as mulheres para a garantia dos seus direitos. Um print do portal de notícias G1 com a afirmação da delegada - "minha convicção é de que houve estupro" - exemplifica essa abordagem.

O fato de a mídia ter procurado feministas como fonte foi abordado e visto como uma conquista pelos grupos feministas. O vídeo em inglês, da página "Empodere duas mulheres", informando sobre o crime, que foi amplamente compartilhado, também está nas páginas coletadas.

No tópico relatos, a página Mais que Amélias, com a repercussão do estupro coletivo, lembrou o caso Zilda Santos, que com 13 nos foi estuprada, crime que chocou a cidade de União da Vitória - PR. As notícias sobre o crime trouxeram relatos de violência sexual nas redes sociais, como um desdobramento do caso.

Na categoria outros estão cinco postagens, duas sobre solidariedade à vítima e outras três que demonstram uma visão mais radical do crime.

Na Tabela 3 constam os dados sobre as ocorrências verificadas em cada categoria nas páginas feministas analisadas.

**Tabela 3: Levantamento das categorias predominantes nas páginas feministas**

<b>Categoria</b>	<b>Postagens</b>
Mobilizações	37
Informação	38
Esclarecimento	58
Debate	23
Relato	4
Outros	5

Fonte: As autoras, 2016

Sobre os formatos utilizados na divulgação dos conteúdos, foram usados: vídeos, imagens, fotos, textos, links, gifs, eventos do *Facebook* e prints. Os formatos que mais apareceram foram textos (que geralmente levantam debates e reflexões sobre o tema,

conscientizando, trazendo posições, informações e ensinamentos de forma didática). Até mesmo um texto sobre dois títulos errôneos utilizados pela mídia hegemônica foi encontrado na página “Grafites Feministas”.

Links com notícias do crime e com textos com intuito de esclarecer com temas sobre a naturalização do estupro, união e mobilização das mulheres e a cultura do estupro também marcaram as páginas. Foi comum o compartilhamento de vídeos, com imagens dos atos realizados em apoio à adolescente que foi estuprada.

Entrevistas em vídeos, como de uma ativista da causa e da Promotora de Justiça Gabriela Manssur e de Leandro Kamal sobre a importância da educação de gênero, também estavam presentes. Transmissões ao vivo de debates sobre o tema pelo “MincResiste” foram compartilhadas pelos grupos.

Nesse formato salienta-se o vídeo produzido em inglês e legendado para atingir o máximo de público possível. O vídeo de “Empodere duas mulheres” contextualizou o estupro coletivo. Além disso também foram publicados vídeos de caráter educativo exemplificando sobre a cultura do estupro.

Prints do Twitter, de notícias ou mesmo de outras páginas ou perfis do Facebook foram bastante postados, assim como imagens com recursos de infográficos, tirinhas e frases. Fotos das mobilizações serviram para exemplificar as articulações entre os grupos e coletivos feministas, ao divulgar as atividades e sensibilizar mais pessoas à causa.

De modo geral, a diversificação dos formatos permitiu perceber a diversidade de estratégias de divulgação das bandeiras e lutas do movimento feminista, que se utilizou principalmente de imagens para difundir mensagens, campanhas e denúncias pela web.

### **Considerações Finais**

A realização da coleta de postagens sobre o estupro coletivo ocorrido em maio de 2016 evidenciou o nível de articulação de grupos e coletivos feministas através das redes sociais, como no Facebook. A pesquisa indicou que os grupos não ficam limitados ao meio virtual; promovem atos públicos, organizam, divulgam e aderem a campanhas. Ao mesmo tempo, pelo modo como difundem conteúdos na web, percebe-se que estes grupos reconhecem e entendem a importância das redes para estruturação do movimento.

Por essa razão também realizam mobilizações através da internet, como lançamento de vídeos, encaminhamento de denúncias, repercussão de informações e dados sobre o

tema, transformando a rede social em questão em um espaço de aprendizado sobre o feminismo e um campo de luta para o fim da violência sexual.

Além disso, pode-se dizer que, em alguma medida, as ações dos coletivos colaboram com as investigações sobre o caso, conseguem pautar a mídia hegemônica e incentivar o debate sobre o assunto. A mobilização nas redes possibilitou que mais pessoas entendessem que o estupro coletivo sofrido pela adolescente no Rio de Janeiro não se trata de um caso isolado, pois há uma cultura do estupro enraizada em nossa sociedade que tende a culpabilizar a vítima. Somente discutindo sobre o assunto, em todos os ambientes possíveis, como escola, família e até na internet, é que se pode reverter o cenário de naturalização da violência sexual, conforme defendem os conteúdos divulgados nas páginas analisadas.

Nos dias de hoje, com o crescimento constante das novas tecnologias, é impossível não reconhecer o papel da internet para os movimentos sociais, que podem assim difundir suas ideias, conquistar mais adeptos, interagir com outros movimentos, estruturar-se da melhor forma possível e usar a internet como uma ferramenta de suas ações, tanto no espaço *offline*, como no *online*. Em outros termos, é a aposta na difusão descentralizada de conteúdos de resistência que sustenta a relevância dos movimentos em rede, na busca de diferentes formas de mobilização.

## Referências

- CAMMAERTS, B. **Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação.** MATRIZES – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, ano 7, n. 2, p. 13-36, jul./dez. 2013.
- CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DI FELICE, Massimo. **Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas.** Revista MATRIZES - Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, ano 7, n. 2, p. 49-71, jul/dez. 2013.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho: **Discurso, gênero e violência: uma análise de representações públicas do crime de estupro**, 2014. Disponível em <  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12689.pdf> >

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*, vol.11, n.1, 2003. P. 298-301. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100022>